

Resenha

MCADAM, Doug. *Political Process and the development black insurgency (1930-1970)*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1999, 2o Edition.

Por Flávia Rios¹

Teoria do processo político e o movimento negro afro-americano

Em *Political Process and Development Black Insurgency* o leitor tem a excelente oportunidade de conhecer um pouco da história e da geografia do movimento negro norte-americano sob uma perspectiva sociológica. Trata-se de um trabalho que para além de informar sobre ação coletiva afro-americana e seus ciclos de mobilização, releva o debate teórico sobre movimentos sociais, que animavam as academias dos Estados Unidos entre os anos de 1970 e 1990. Isso porque o livro, escrito originalmente como tese de doutorado e publicada pela primeira vez em 1982, teve uma segunda edição 17 anos depois, com direito a um prefácio rico e elucidativo que incorporar as principais críticas feitas ao modelo teórico adotado pelo autor. Longe de desatualizadas, as questões teórico-metodológicas de Doug McAdam ainda são instigantes para se pensar e estudar os movimentos sociais de modo geral, e o movimento negro em particular.

No referido trabalho, o autor investiga a emergência e desenvolvimento da mobilização dos negros norte-americanos entre os anos de 1930 a 1970. Para tanto, Doug McAdam debate e critica o que chama de Teoria Clássica (TC) e a Teoria de Mobilização Recursos (TMR). Os problemas encontrados nessas teorias levam-no a recorrer a Teoria do Processo Político (TPP), a qual foi primeiramente elaborada Charles Tilly numa tentativa de aproximar a sociologia da história.

O que McAdam chama de teoria clássica é o conjunto de formulações que partem de análises e descrições do sistema político norte-americano. Trata-se da perspectiva pluralista que creditava muito valor a eficiência democrática considerando apenas a esfera institucional da política, em especial aos canais partidários de representação coletiva. McAdam afirma que dentre os limites dessa teoria estava a dificuldade de enxergar os movimentos sociais como uma forma de ação racional e eficiente para os grupos excluídos.

1 Flavia Rios é mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisadora pelo CEBRAP. Contato: flaviarrios@yahoo.com.br

Assim os grupos *outsiders*, ou seja, aqueles que tendem a lutar por outras vias para expor suas demandas não tinham espaço nesse esquema teórico. Tal era o caso do movimento negro, um exemplo flagrante de ação coletiva que emergiu à margem das arenas decisórias estadunidenses. Por conta disso, o autor refuta as explicações do modelo nomeado clássico, já que seu objeto não poderia ser pensado a partir dessa concepção de democracia pluralista americana.

Já os problemas encontrados na teoria de mobilização de recursos (TMR) são de outra ordem. A TMR sustenta uma racionalidade na ação dos movimentos sociais, porém suas explicações são economicistas demais, e dispensavam erroneamente causas de caráter estrutural. Assim, para McAdam, a TMR seria muito centrada na mobilização de recursos financeiros, organizacionais e humanos, eximia-se das explicações políticas.

Para ele, tanto a teoria de mobilização de recursos como a teoria clássica explica a origem dos movimentos sociais como uma reação aos estímulos vindos da sociedade em momento imediatamente anterior a sua aparição. Diferentemente, o modelo do processo político que os compreende em um longo período de tempo em resposta a um amplo processo político, econômico e social, que pode fazer surgir uma “certa estrutura potencial para a ação coletiva” (p.60). Em contraste, as teorias opositoras enfatizariam a dimensão contextual, desprezando as dimensões históricas do movimento social. Apesar dessas críticas, McAdam reconhece o avanço empreendido pela teoria de mobilização de recursos, a qual teria sustentado a racionalidade da ação coletiva entre os movimentos sociais, entendimento esse ausente na TC.

Desse modo, a teoria do processo político apresenta-se como uma alternativa ao modelo clássico e a teoria de mobilização de recursos. O termo processo político foi cunhado em 1975, quando Charles Tilly e Rule introduziram-no na análise sobre a Revolução Francesa. Segundo McAdam, são duas as idéias fundamentais que precisam ser retidas da TPP. Ao contrário do modelo clássico, os movimentos sociais são tomados aqui como fenômenos políticos e não psicológicos. Assim, os fatores que determinam a institucionalização do processo político possuem a mesma utilidade analítica no estudo do surgimento do movimento. Em segundo lugar, ele é visto como um contínuo processo de reprodução geracional até o seu declínio, ao invés de uma série discreta de desenvolvimento de estágios. De acordo com essa idéia, qualquer modelo completo de surgimento de movimento social pode oferecer ao pesquisador uma estrutura explicativa para analisar uma fase inteira de desenvolvimento ao invés de uma fase em particular.

Por conta disso, o autor toma a teoria do processo político, que por sua vez consegue dar conta dos fatores sociológicos que se configuram no momento de constituição do movimento social em relevo. Tais fatores podem ser encontrados na abertura da estrutura de oportunidades políticas norte-americanas construídas nos anos de 1930 a 1950. Num segundo momento, ocorre a expansão das oportunidades políticas que passa a contribuir para o crescimento da sensação da eficácia do protesto negro. Em terceiro lugar ocorre o crescimento simultâneo de instituições tais como as igrejas e escolas negras, NAACP e outras organizações locais que sustentavam a mobilização política do movimento. Em último lugar, o autor recorta o final da década de 60 para mostrar como ocorreu o declínio desse ativismo no auge de seu estabelecimento em termos e recursos e financiamentos.

Tal declínio estaria associado aos seguintes elementos: perda da capacidade centralizadora das principais organizações que sustentavam o movimento, ou seja, maior proliferação de organizações menores e locais, fazendo com que o controle e o poder sofressem algum tipo de dispersão. Essa descentralização relaciona-se diretamente com o segundo fator que causaria o fim do movimento social, qual seja, a difusão cada vez maior de divergências e conflitos no interior do ativismo, dentre as quais se destacam as visões radicais e progressistas do movimento. Onde se destaca o problema das táticas e estratégias empreendidas pela militância para atingir seus fins políticos.

No que se refere aos aspectos metodológicos, McAdam prefere uma investigação de tipo quantitativa, muito semelhante àquelas realizadas pelos proponentes da TMR. Seu banco de dados é construído a partir da catalogação dos eventos, passeatas e protestos realizados, considerando os aspectos numéricos como pessoas e recorrência (simultânea) de ações em diferentes áreas do país. Preocupa-se, assim, com a extensão do movimento em termos de área de alcance, distribuição e concentração em certas regiões. A quantidade de protesto realizada num dado período, a capacidade de mobilização de recursos, processos, judiciais atos públicos são medidas utilizadas para comparar os ciclos de efervescência e de cadência dos movimentos, em suas diferentes fases históricas. A fonte principal a que recorre é os dados obtidos através dos jornais, sobretudo o New York Times, nos quais ele retira informações específicas sobre as movimentações. Com certa prudência, McAdam argumenta que tal tipo de procedimento pode ser reprovável quando se pensa em análise de curta duração, mas quando se trata de investigações e ciclos longos de movimentações políticas, o uso dos jornais pode auxiliar na coleta de informações, uma vez que o risco da supervalorização ou subvalorização dos eventos podem ser controlados

por uma análise detida de um tempo mais longo. Sendo o caso desses dados eficientes especialmente para processos macro-sociais.

A partir das evidências levantadas, McAdam estabelece uma relação causal entre a mobilização política dos negros e as mudanças estruturais ocorridas no sistema institucional norte-americano, ou seja, a relação entre as estruturas de mobilização (como as igrejas, escolas, associações, organizações sociais) e as mudanças abrangentes ocorridas na política institucional (como a expansão e influência do voto negro nas eleições, abertura no sistema jurídico federal, as posições políticas do país na política internacional, etc). Contudo, o autor não nos apresenta os mecanismos pelos quais tal relação se processa, isto é, os níveis intermediários que permitem articulação entre os agentes e as estruturas. Não sabemos ao certo como ocorre a passagem entre as mudanças micro e macro social, até porque o autor não está preocupado em analisar as ações dos agentes em suas trajetórias, preferindo, antes, investigar mudanças em conjunto.

Uma outra crítica plausível ao trabalho de McAdam diz respeito à ausência de uma análise cultural do movimento negro. Apesar de considerar a dimensão da solidariedade como fundamental para as explicações da emergência e sustentação do movimento, o autor só consegue apreender uma dimensão da solidariedade que é a da doação de recursos materiais (econômicos) e humanos; em sua análise, fica de fora qualquer tipo de explicação que envolva a identidade coletiva, uma vez esta se configura como um dado apriorístico. Por ele, sabemos apenas que a solidariedade e a cognição são elementos fundamentais para a mobilização coletiva, porque são elementos que constituem os processos avaliativos do movimento, isto é, os cálculos de custo-benefício. Isso pode ser explicado, em partes, porque sua abordagem prescinde dos discursos que os agentes formulam sobre si mesmos, ou seja, os significados e interpretações dos indivíduos nos processos em que estão envolvidos. Assim, McAdam não nos responde como as dimensões culturais e políticas amarram-se na mobilização social.

Essa ausência em seu trabalho pode ser estendida para todos os proponentes da teoria de mobilização de recursos e teoria do processo político, sobretudo, até o final da década de 80, como constam as avaliações críticas às referidas correntes teóricas. Com efeito, o problema da racionalidade do ator coletivo foi por muito tempo um fardo pesado para a TMR e TPP. Mas segundo Carol Mueller² (1992), o peso da herança olsoniana passou a ser contrabalançado quando os cientistas sociais herdeiros dessa tradição de

2 Ver MUELLER, Carol McClurg (1992). "Building Social Movement Theory". In: Morris; Mueller (Orgs). *Frontiers Social Movement Theory*. Yale University Press.

pensamento observaram com mais afincos as relações sociais em que estavam enraizados os atores. O cálculo de custo-benefício passou a ser visto como uma avaliação e interpretação dos atores em contextos sociais, socialmente construídos pelas lealdades, obrigações sociais e identidades, servindo de suporte para o engajamento social e mobilização coletiva. Nesse caso, a falta do trabalho de McAdam e seus aliados da TPP passou a ser objeto de reflexão em seus trabalhos posteriores.

No final da década de 90, McAdam reedita seu livro sobre a mobilização negra norte-americana e reapresenta de forma mais evidente os conceitos fundamentais, que, segundo ele, articulam perspectivas racionalistas, culturalistas e estruturalistas. Na segunda edição de *Political Process and the Development of Black Insurgency* (1999), o estudioso estadunidense oferece aos pesquisadores uma síntese das questões que lhe ocupou durante quase duas décadas, a considerar o ano de seu ingresso no doutorado que resultou na pesquisa sobre os Direitos Civis.

Nessa nova versão, McAdam reafirma o fator oportunidades políticas como explicação para emergência dos movimentos sociais e acentua, de forma mais veemente, a importância da ação contenciosa dos grupos contestadores. Mantém o autor o peso das organizações que dão suporte ao movimento, as chamadas estruturas de mobilização, que por sua vez são definidas como: “veículos coletivos, formais ou informais, através dos quais as pessoas mobilizam-se e engajam-se em uma dada ação coletiva” (p.11). O papel da informalidade ou das formas subterrâneas de solidariedade ganha mais expressão nas análises de McAdam, se comparado à primeira edição de seu livro.

Em que pese a maior precisão dos conceitos e o rigor na delimitação dos fatores causais para emergência da ação coletiva, McAdam investe mais do que antes no campo intermediário, entre a estrutura de oportunidades políticas e a estrutura de mobilização coletiva. Trata-se de um investimento que tenta tornar analiticamente apreensível o nível *meso* das disputas de poder. As áreas intermediárias entre as dimensões micro e macro sociais são compreendidas pela estrutura de significados ou pelo esquema cultural em que se inserem os grupos em litígio. Nessa estrutura, as sensações de otimismo ou pessimismo podem ser elaboradas pelos indivíduos, bem como as identidades coletivas. Mais do que avaliação ou estratégia, nesse campo encontra-se o ambiente propício para a cognição, que é o modo pelo qual os indivíduos apreendem a realidade social. É bem verdade que, apesar da cognição oferecer margem para os sentimentos e sensações, o autor pretende reforçar os aspectos racionais (ou conscientes) da perspectiva cognitiva, por conta disso enfatiza a percepção dos atores num dado contexto político, e não suas emoções. Com esses reparos,

McAdam apresenta novamente a moldura da teoria do processo político, compreendida no modelo da ação contenciosa, o qual se sustenta numa compreensão particular do modo pelo qual a cultura pode ser operada nas análises empíricas sobre movimentos sociais.

Todavia, com essas reformulações a abordagem cultural da TPP ainda deixa a desejar, sobretudo porque instrumentaliza os aspectos culturais, restringindo seu potencial em termos de análise. Para casos como o brasileiro, onde a dimensão da cultura é crucial para entender a disputa por representação do movimento negro (HANCHARD, 2001)³, a teoria do processo político pode oferecer algumas lacunas, facilmente preenchidas por um certo ecletismo do pesquisador em aproveitar a vasta tradição de estudos nacionais nesta área. Em que pese certas ausências, a melhor contribuição da TPP está na possibilidade analítica de revelar ciclos de mobilização em longos períodos históricos relacionando-os a criação e expansão de oportunidades políticas, o que permite identificar estruturas de mobilização e de repertório de ação. Não há dúvidas de que esse tipo de abordagem ainda por ser testada em nosso país.

3 HANCHARD, Michael. (2001) *Orfeu e o poder*. Rio de Janeiro, EDUERJ.